

TRÊS ANOS DE EFETIVA PRESENÇA DE NEGROS E INDÍGENAS COTISTAS NAS SALAS DE AULA DA UEMS: PRIMEIRAS ANÁLISES

Maria José de Jesus Alves Cordeiro¹

Introdução

Os dados alarmantes que comprovam o tamanho da desigualdade social² no Brasil, em decorrência da discriminação racial, refletem-se também no estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com estudos apresentados pela Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado, ser negro em Mato Grosso do Sul significa, em relação à população branca, ter duas vezes menos chance de concluir o Ensino Fundamental; ter chances quase nulas de ingressar em cursos superiores como medicina, engenharia ou direito, entre outros; e ter três vezes menos chance de chegar até o final do Ensino Superior. Significa, ainda, ganhar pouco e em profissões de baixa qualificação. A pele negra significa mais uma barreira no mercado de trabalho, que discrimina trabalhadores pela aparência.

Para minorar essa problemática e imbuída do cumprimento de sua função social, a universidade vem implementando ações afirmativas, dentre as quais a implantação das cotas para negros e indígenas, apesar de existir no meio acadêmico o argumento de que a cota para os negros e os indígenas baixará a qualidade do ensino superior. Ora, as universidades já estão em crise por se distanciarem da realidade brasileira e ignorarem as transformações que o mundo vem sofrendo nas últimas décadas e isto acontece sem a participação dos negros e dos indígenas.

As idéias acima que permeiam o discurso reinante e a exclusão na academia são regidos pela ideologia do mérito que funciona desvinculada de qualquer causa social e mostram a posição elitista da universidade quando é colocada em confronto com as injustiças praticadas

¹ - Professora efetiva da UEMS, Pedagoga, Mestre e Doutoranda em Educação: Currículo pela PUC/SP e Bolsista PICDT/CAPES.

² - Partes deste artigo fazem parte de outros textos de minha autoria publicados e em fase de publicação em anais de eventos, tendo sido atualizados.

neste país. Os defensores acreditam apenas na universalização da concorrência, mas nada fizeram para universalizar as condições de competição. O mérito está apenas no concurso e não na trajetória dos indivíduos. Ignoram-se todas as dificuldades que a maioria dos brasileiros pobres ou abaixo da linha da pobreza, sofre ao longo de sua trajetória, nivelando todos principalmente os negros e os indígenas oriundos da escola pública e da classe social de baixa renda, ao concorrente de melhor sorte social.

Quanto aos indígenas, os dados são piores ainda, pois no Mato Grosso do Sul, que tem a segunda maior população indígena do país com cerca de 72 (setenta e dois) mil indígenas de nove nações, nem mesmo o governo tem dados atuais sobre quantos indígenas estão cursando o ensino superior.

A procura dos indígenas pelo ensino superior tem como provável explicação, a necessidade dos mesmos na formação de lideranças com aquisição de conhecimentos fundamentais, que possam ser utilizados na defesa dos direitos indígenas, gestão territorial, políticas públicas, elaboração e gestão de projetos em benefício das comunidades nas áreas da saúde, educação e produção e fortalecimento das organizações indígenas, contribuindo para a efetiva autonomia dos povos.

Os resultados iniciais obtidos com a política de cotas na UEMS, que agora e no futuro serão apresentados aos professores e demais membros da comunidade acadêmica, desta e de outras universidades, com certeza trará novos olhares e pensamentos sobre a presença e o desempenho dos negros e indígenas no contexto da educação superior. Além disso, a sala de aula hoje composta por brancos, negros e indígenas obriga os nossos intelectuais a saírem da sua cômoda posição de críticos, para uma posição de atores no processo.

Este artigo tem como objetivo descrever e avaliar de forma preliminar os três anos da política de cotas para negros e indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede em Dourados - MS e quatorze Unidades Universitárias espalhadas por todo o estado. Nesta primeira análise, descreveremos rapidamente o processo político da implantação das cotas, apresentaremos dados referentes ao processo de vestibular, relacionados com a origem dos candidatos, raça/cor e aproveitamento nas provas seletivas nos anos de 2003 e 2004 já que os dados de 2005 se encontram em fase de coleta e tratamento. Com relação ao desempenho acadêmico, usaremos como exemplo dados do ano letivo de 2004 (primeiro ano com cotas) referente a três cursos ofertados na sede da UEMS.

Para isto, selecionamos o curso de Direito no período matutino e o curso de Enfermagem, oferecido em período integral, ambos com a maior concorrência no vestibular tanto nas cotas quanto nas vagas gerais e o curso de Biologia no noturno considerado um curso difícil no discurso dos docentes da área. Para esta análise utilizaremos as Atas de Resultado final³ do ano de 2004, quando a primeira turma de cotista concluiu o primeiro ano letivo. O aprofundamento dessas análises e dos próximos anos letivos será feito na tese de doutorado que estamos desenvolvendo sobre esse assunto.

Democracia Racial E Meritocracia: Obstáculos Ao Ingresso de Negros E Indígenas Na UEMS

“Os negros e índios nunca foram autorizados pelos brancos a definir o quadro das relações raciais do país e começarão a fazê-lo quando tiverem garantido seus espaços no mundo acadêmico.” (CARVALHO, 2005 – p. 102).

No Brasil existe uma cultura política de negação do racismo calcada no mito da “democracia racial”. Essa democracia que se baseia no processo de miscigenação apenas camufla o racismo existente. Entretanto, o racismo é um fenômeno que tem suas raízes na história da humanidade e como tal se perpetua principalmente no Brasil. Os estudos mostram que os negros ao longo da história pós-escravidão em nosso país não conseguiram ascensão social ou econômica, ocupando os nichos menos privilegiados do mercado de trabalho e da sociedade como um todo, sendo raros os que escaparam de tal sorte. De modo geral, tanto a sociedade quanto à academia trata este cenário como um processo natural.

A cultura de negação do racismo vem sendo reproduzida, no sentido da repetição, geração após geração, usando principalmente como veículo de transmissão/reprodução, o sistema de educação. Nesse sentido, a educação superior (graduação) constitui-se no mais forte mecanismo de reprodução, pois traz no seu bojo um discurso que tem como fundamentos a meritocracia, a democracia racial e a negação do racismo, considerando que:

³ - Ata de Resultado Final é um documento de registro das médias anuais (notas). É feita por turma/série e ano, com todas as disciplinas e resultado final de cada aluno em cada disciplina.

“Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, 2004 – P. 44).

Segundo SANTOS (2005) no contexto socio-histórico, os brasileiros acostumaram-se a dizer que no Brasil existe muito preconceito, porém, poucos assumem que praticam a discriminação, tão corriqueira em situações concretas no dia-a-dia, seja no âmbito pessoal, seja no institucional. No contexto acadêmico, a situação é similar ou porque não dizer mais agravante, pois as falas anti-racistas que existem são isoladas e não repercutem na comunidade acadêmica. A academia brasileira fala sobre a desigualdade social, mas se recusa a discutir essa desigualdade associada ao componente racial, principalmente dos negros e indígenas.

Quanto à idéia de meritocracia que surgiu ainda no século XIX, oriunda da crença de que os negros e mulatos são inferiores aos brancos na sua capacidade intelectual, portanto incapazes, vigora ainda na academia brasileira, agora sob a forma de um discurso mais ameno e plenamente justificável do ponto de vista do capitalismo. Esse discurso serve de alicerce para uma realidade na qual só vencem os melhores, os mais capazes, e, no caso brasileiro os brancos ricos e depois os brancos pobres. Negros e indígenas praticamente não chegam à universidade o que lhes impede também a chegada ao mercado de trabalho qualificado e, por decorrência, a mudança de classe social.

A educação superior é um espaço de discurso e como tal detém o poder porque produz conhecimento, detendo também parte do controle simbólico, pois controla o texto, a produção e comercializa este mesmo conhecimento. Ter acesso à educação, principalmente à superior, é adquirir formas de empoderamento, é assumir poder, é ter a possibilidade de ocupar novas posições na divisão social do trabalho, de classes. Discurso é, portanto, objeto de poder porque realiza, constrói o poder.

Sabemos que para manter os interesses da classe dominante, desenvolveu-se no Brasil uma imagem deformada do negro, como um incapaz para o trabalho, imbecilizado e rude, com baixo nível intelectual, pagão, bárbaro cultural, incapaz de sentimentos civilizados, a não ser que, houvesse a impregnação de virtudes dos brancos, através do exemplo ou de cruzamentos inter-raciais.

Como conseqüência disso, as características físicas das pessoas (fenótipos) funciona como meio de classificação. Partindo do princípio que a construção da identidade é histórica, podemos afirmar que esta se dá no jogo das relações sociais, ou seja, da relação indivíduo-sociedade. È nesta relação que se obtém o reconhecimento do outro e o fortalecimento do sentimento negativo ou positivo de identidade. Esse reconhecimento se constitui das atividades diárias de superação da discriminação, preconceitos, estereótipos, estigmas, rótulos e outras expressões que obstaculizam o desenvolvimento do negro e cumprem o papel de integrar a população negra na sociedade de classes de forma subalterna.

Para a sociedade brasileira, o fato de os negros estarem em posição de subalternidade não é visto como desigualdade social ou racismo, mas sim como um processo natural, com raras exceções. A ideologia da democracia racial esconde uma realidade que vem desde a abolição da escravatura: a falta de condições sociais e econômicas para a população negra ascender-se socialmente dentro da sociedade de classes.

Quanto aos indígenas, a imagem criada foi a de hostil, indolente e ocioso, possuidor de forte espírito de liberdade, portanto mais difícil de escravizar. A passagem da condição de índio para a de índio civilizado/aculturado só acontece sob pressões de toda ordem, obrigando o povo indígena a modificar seus modos de ser e de viver para resistir e sobreviver a essas pressões que continuam vigorando até os dias de hoje. Com esse cenário descortinado, muitos grupos indígenas, engolidos pela fronteira da civilização, em muitos casos a própria zona urbana, vêm-se obrigados a converterem-se em trabalhadores assalariados ou a tentarem produzir alguma mercadoria (geralmente mandioca, milho verde, frutas e artesanato) que lhes garanta condições mínimas de sobrevivência.

Um exemplo dessa situação são os índios Guaranis Kaiowá que vivem na reserva indígena Jaguapiru em Dourados – MS. Reserva esta que faz divisa com o último bairro da cidade. As índias se deslocam para os bairros da cidade em bicicletas e carroças, batendo de porta em porta, sempre acompanhadas dos filhos pequenos, para venderem mandioca e milho, bem como pedir pão e roupas usadas como doação ou na base de troca. Em alguns casos chegam a pedir **“tem qualquer coisa ou comida para dar?”**.

A Constituição de 1988 afastou toda e qualquer expectativa assimilacionista que reinava no Brasil, dando aos indígenas direitos permanentes quanto a suas organizações, costumes, línguas, crenças, tradições, terras, riquezas do solo, rios e lagos, processos de aprendizagem,

proteção e valorização das manifestações culturais. Entretanto, a ganância dos conquistadores de outrora continua viva e os povos indígenas ainda enfrentam não um processo civilizatório, mas sim um processo de expolição de suas terras, confinamento em pequenas áreas sem nenhuma condição de produção e abandono em termos de saúde e educação, gerando mais pobreza e revolta nos mesmos.

No Brasil, uma nação diversa e pluriétnica, após mais de 500 anos de colonização, os indígenas ainda enfrentam desafios e realidades que colocam em risco sua diversidade cultural e a própria sobrevivência como pessoa humana. A defesa contra as situações de discriminação, intolerância, preconceitos e desrespeito aos direitos já preconizados na Constituição Federal de 1988, Decretos e leis específicas, bem como em Políticas Públicas, mostra que a sociedade brasileira na sua quase totalidade desconhece a realidade indígena e a importante contribuição destes na identidade racial brasileira, além da influência cultural no nosso modo de vida.

Os avanços constitucionais no trato da questão indígena fortaleceram o trabalho das organizações indígenas e deu condições de *“reconhecimento do direito à diversidade étnica e cultural.”* (CARVALHO in SANTOS e SILVA – 2005, p. 121). No entanto, os povos indígenas continuam sendo vítimas de violações de seus direitos, fatos estes, relacionados a discriminação racial. Para melhor resistirem a esse processo e apropriarem-se de conhecimentos que lhes servirão de instrumentos de defesa, os indígenas estão buscando cada vez mais cursar o ensino superior e exercer profissões iguais aos demais brasileiros (ex: direito).

A saída dos indígenas de suas comunidades ou tribos para cursar o ensino superior, não é vista por esta como perda de identidade, mas como uma possibilidade de combate a todo contexto discriminatório. De acordo com (CARVALHO in SANTOS e SILVA – 2005, p. 123) *“... a abordagem da identidade indígena deve considerar a natureza coletiva dos interesses dos povos e comunidades indígenas.”* O que se lamenta é a falta de políticas públicas para garantir a permanência dos indígenas nas cidades enquanto estudantes, ocasionando a desistência da maioria deles, tirando o sonho da conquista das mesmas armas utilizadas pelo branco contra seu povo.

Portanto, cabe a todas as instituições que lidam com a questão indígena, desenvolverem ações com a participação dessa população nas decisões, visando fortalecer as comunidades e oportunizando a aquisição de instrumentos materiais, técnicos e culturais que dêem a esse povo condições de decidir sobre seus interesses.

Cotas Para Negros E Indígenas Na UEMS: O Processo Político

O assunto **cotas**, considerado uma “medida compensatória” que busca promover o princípio da igualdade, em prol de minorias étnicas, chegou à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), através das Leis nº. 2.589, de 26/12/2002, que dispõe sobre a reserva de vagas para indígenas e a de nº. 2.605, de 06/01/2003, que dispõe sobre a reserva de 20% das vagas para negros. A lei que trata da cota para os indígenas foi criada sem estabelecer percentual. O Conselho Universitário da UEMS, após discussões com lideranças indígenas e com instituições do Movimento Negro estabeleceu um percentual de 10% para os indígenas e a exigência para os negros, de ser oriundo de escola pública ou bolsista de escola privada.

A Pró-Reitoria de Ensino levou o assunto à Câmara de Ensino do CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para estudo e elaboração dos critérios de inscrição. Os conselheiros sentiram-se despreparados para discutir o assunto e solicitaram a formação de uma comissão com a participação do Movimento Negro, Conselho Estadual de Direito do Negro, Lideranças Indígenas e da Coordenadoria de Políticas Para a Promoção da Igualdade Racial, do Governo do Estado, para realizar o trabalho.

A comissão ao iniciar os trabalhos promoveu um Fórum de discussão: **“Reserva de vagas para indígenas e negros na UEMS: vencendo preconceitos”** nos quatorze municípios onde a UEMS está presente e na sua sede em Dourados, no dia 13 de maio de 2003. No fórum participaram representantes indígenas, do Movimento Negro e da sociedade em geral, além da comunidade acadêmica. As mesas foram compostas com pessoas contra e a favor das cotas.

Baseada nestas discussões a comissão fez um processo de sensibilização na instituição através de seminários, palestras, reuniões com coordenadores de cursos e gestores durante uns seis meses. Foram realizadas diversas audiências públicas em vários municípios do estado com a minha presença e do deputado autor da lei de cotas para negros e instituições já citadas. Nestas, buscava-se esclarecer e divulgar os critérios de inscrição nas cotas, que estavam sendo construídos coletivamente, assim como mostrar a preocupação da universidade com as condições de permanência após o ingresso. Concluído este processo, foi aprovada ainda em 2003 no CEPE - Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão a Resolução CEPE/UEMS nº. 382/03 que regulamenta os critérios para inscrição e concorrência nas e a para realização do primeiro vestibular com cotas ainda em dezembro de 2003.

Na regulamentação o Movimento Negro através das várias instituições que o compõe trouxe para a discussão o critério do **fenótipo** e da pobreza, além do já estabelecido pelo COUNI. Os indígenas Guaranis Kaiowá e Terenas trouxeram o critério da descendência indígena atestada pela comunidade juntamente com a FUNAI, além do RG indígena. Estando assim definido, os candidatos precisam apresentar os seguintes documentos para realizar sua inscrição:

Para os negros:

- I - uma foto colorida recente 5x7 cm;
- II - autodeclaração, constante na ficha de inscrição;
- III - fotocópia do Histórico Escolar do Ensino Médio ou atestado de matrícula expedida por escola da rede pública de ensino;
- IV - declaração da condição de aluno bolsista fornecida por instituição da rede privada de ensino, quando for o caso.

Para os indígenas:

- I - fotocópia da cédula de identidade indígena (frente e verso);
- II - declaração de descendência indígena e etnia, fornecida pela Fundação Nacional do Índio em conjunto com uma Comissão Étnica constituída em cada comunidade.

Logo depois foi instituída pela Pró-Reitoria de Ensino uma comissão composta por representantes da UEMS e do Movimento Negro, indicados pelo Fórum Permanente de Entidades do Movimento Negro do Mato Grosso do Sul e pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro, para deferir ou não as inscrições, por decisão fundamentada.

A aprovação dos critérios baseado no fenótipo para os negros e na descendência para os indígenas é uma tentativa da UEMS de colocar em prática o que MUNANGA (2002) diz a respeito do assunto na entrevista concedida à Revista Veja on-line, com o título “Chances Iguais”, na qual o mesmo defende que “*a questão da raça seja combinada com a questão de classe para o estabelecimento de critérios, para que negros pobres tenham acesso à educação*”, pois segundo dados do IBGE/1999, 44% da população brasileira é composta de negros e pardos, enquanto só 8% deles frequentam a universidade. Esses dados, por si só, servem de sustentação para a defesa de qualquer política de ação afirmativa referente aos negros.

O quadro a seguir apresentado demonstra um crescimento do número de alunos negros e

indígenas na UEMS, fato este gerado exclusivamente pelo programa de cotas. Nos períodos de 2002 e 2003, entraram ainda 87 (oitenta e sete) indígenas matriculados no curso Normal Superior Indígena criado especificamente para eles e que não foram inclusos nos dados da tabela. Os indígenas que constam no quadro são oriundos da cota de 10% criada ao mesmo tempo em que a cota de 20% para os negros foi estabelecida. O corpo discente da UEMS ao longo dos três últimos anos vem sendo constituído conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Demonstrativo do Número de Alunos matriculados na UEMS de 2003 a 2006 ⁴

	TOTAL DE ALUNOS	NEGROS	INDÍGENAS
2003	5.792	-	-
2004	6.278	236	67
2005	6.729	491	104
2006	7.290	600	162

Após três anos de implantação da política de cotas e três processos de seleção (vestibular) temos hoje um total de 1.327 negros e 333 indígenas matriculados nos dezoito (18) cursos oferecidos em 2003, dezenove (19) em 2004 e vinte (20) em 2005 na sede em Dourados e nas 14 Unidades Universitárias espalhadas pelo interior do estado. Importante informar que na UEMS os cursos oferecidos (projetos pedagógicos) em cada vestibular são ofertados em diferentes locais como, por exemplo: Direito ofertado quatro vezes: Dourados, Paranaíba em dois turnos e Naviraí. Durante estes três anos, foram ofertadas no total 5.480 vagas assim distribuídas: 1.096 vagas para negros; 548 vagas para indígenas e 3.836 para as vagas gerais.

Ao compararmos o quadro 1 e os números apresentados no parágrafo acima, percebemos que existe uma diferença entre a quantidade de vagas e a quantidade de alunos negros e indígenas presentes no universo acadêmico. A diferença é de 231 negros para mais e 215 indígenas para menos que o total de vagas ofertadas. Essa diferença é explicada tomando como base a regulamentação do processo de cotas na UEMS que prevê na Resolução CEPE/UEMS nº. 382/03, art.27, parágrafo 5º a exigência do remanejamento de vagas

⁴ Dados coletados na Divisão de Assuntos Acadêmicos da Pró-Reitoria de Ensino da UEMS.

remanescentes após as convocações para matrícula previstas no edital e prazos do calendário acadêmico, conforme texto a seguir:

§ 5º Ainda havendo vagas remanescentes dos regimes de cotas proceder-se-á da seguinte maneira:

I - as vagas remanescentes do regime de cotas para negros serão preenchidas por candidatos da cota para indígenas, seguindo a ordem de classificação;

II - as vagas remanescentes do regime de cotas para indígenas serão preenchidas por candidatos da cota de negros, seguindo a ordem de classificação;

III - ainda havendo vagas remanescentes nos regimes de cotas, as mesmas serão preenchidas pelos classificados nos setenta por cento referentes às vagas gerais, seguindo a ordem de classificação;

IV - havendo vagas remanescentes na oferta geral as mesmas serão preenchidas por candidatos classificados nos regimes de cotas.

Três Anos Com Cotas: Um Novo Perfil No Ingresso

Com a implantação das cotas, a UEMS que até o ano de 2003 não tinha dados exatos sobre a presença de negros e indígenas como alunos, mas apenas como candidatos ao vestibular conforme o quadro abaixo, apresenta hoje um novo retrato enquanto instituição sediada num estado brasileiro que de acordo com os dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE⁵ realizada em 2004 tem 46% de população branca, e 51% de população negra (pretos e pardos). Não há dados sobre a população indígena. Durante o período em que a UEMS vem aplicando a política de cotas para negros e indígenas pudemos observar que o perfil dos candidatos e também dos aprovados no vestibular sofreu mudanças. Nos vestibulares de 2001 a 2005 o perfil dos candidatos de acordo com o questionário socioeconômico aplicado (a entrega dos questionários é em torno de 90%) ficou assim constituído:

⁵ Fonte: WWW.ibge.gov.br

Relatório Socioeconômico de 2001 a 2003 ⁶

	Escola Pública	Escola Privada	Branco	Negros	Indígenas
2001 - Julho	71,53 %	28,47 %	—	—	—
2001 Dezembro	78,23 %	21,77 %	70,94 %	27,30% (pretos e pardos)	1,76%
2002 Dezembro	60,26 %	39,74 %	46%	43% (pretos e pardos)	11%*
2003 Dezembro	80,04 %	19,96 %	94,52 %	3,53 %	1,95%
2004 Dezembro*	84, %	16, %	82,33 %	14,1 6%	3,51%
2005 Dezembro*	87,3 %	12,7 %	80,20 %	14,3 0%	5,50%

*** Oferta do Normal Superior Indígena**

***No ano de 2004 no item raça/cor, 1,57% dos candidatos não se declararam.**

***No ano de 2005 no item raça/cor, 1,20% dos candidatos não se declararam.**

No ano de 2003 se inscreveram inicialmente para a cota de negros 615 candidatos, mas após o processo de deferimento pela comissão apenas 336 atenderam aos critérios exigidos o que representa 3,53% do total de candidatos para um total de 338 vagas disponíveis conforme gráfico abaixo que também apresenta os motivos de indeferimento das inscrições.

Os candidatos que não apresentaram o fenótipo estabelecido representam 11,21% dos

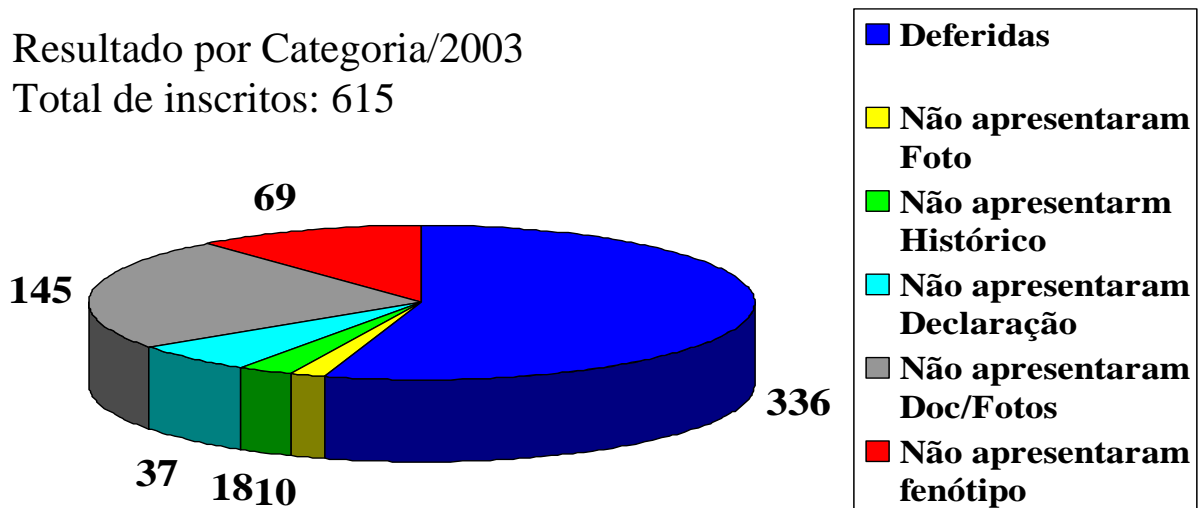
⁶ - Dados coletados no Núcleo de Processo Seletivo/ NUPS da pró-Reitoria de Ensino da UEMS.

inscritos na cota de negros. Entretanto, o que mais chama a atenção é a quantidade que não enviou foto, pois com certeza não tinham o fenótipo e arriscaram na possibilidade de não haver um trabalho criterioso por parte da comissão, ou seja, a prática social que rege muitas comissões estabelecidas neste país.

No entanto, conforme estabelecido na legislação, estes candidatos tiveram suas inscrições indeferidas para a cota de negros e concorreram ao vestibular nas vagas gerais. Vejamos o gráfico abaixo.

Resultado por Categoria/2003

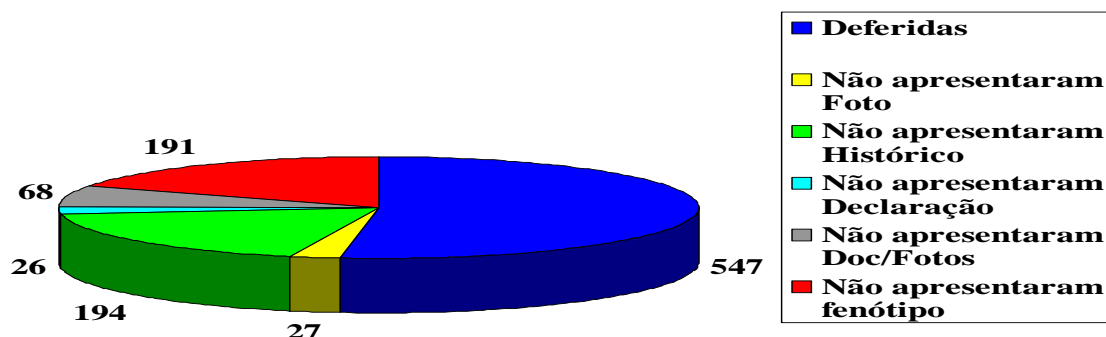
Total de inscritos: 615



Com relação aos indígenas, em 2003 se inscreveram 186 candidatos, totalizando 1,95% dos candidatos para 169 vagas disponíveis. Todos atenderam os critérios exigidos.

Resultado por categoria/2004

Total de inscritos: 1053

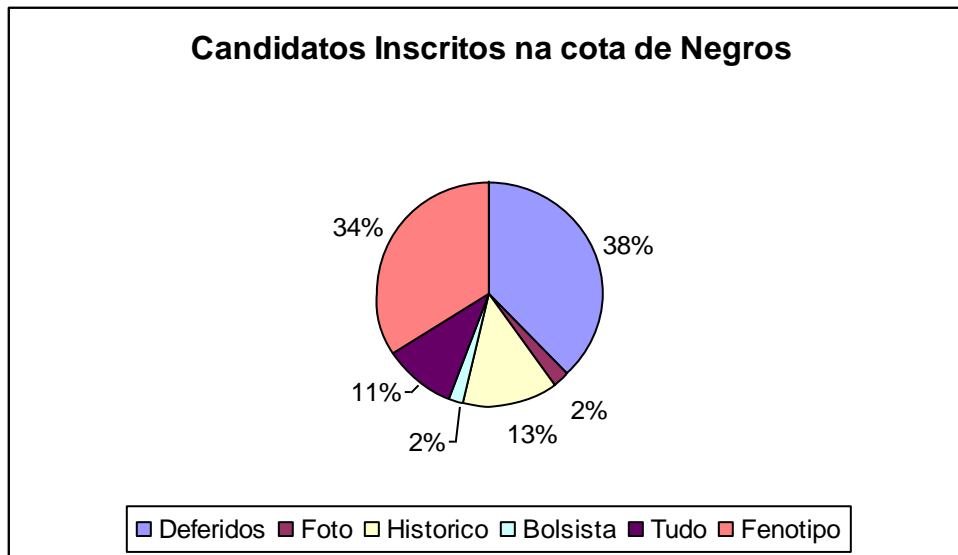


No ano de 2004, conforme gráfico acima, foram 1.053 candidatos que se inscreveram para a cota de negros sendo que após o processo de análise feito pela comissão responsável, 547 inscrições foram deferidas para concorrerem nas 320 vagas disponíveis. Dos indeferidos, o maior número refere-se aos que não apresentaram fenótipo, 18,13%, e a não comprovação de origem de escola pública, 18,42%. Entretanto, o número dos que não enviou foto caiu de 23,57% em 2003 para 13,77%, em 2004. Acreditamos que isto se deva a transparência do processo e ao trabalho da comissão que é pública, inclusive indo à televisão e ao rádio para divulgar os critérios e a forma de seleção dos inscritos.

Quanto aos indígenas concorreram nas 160 vagas, 192 candidatos.

Resultado por categoria/2005

Total de inscritos: 908



No ano de 2005, inscreveram-se no vestibular 908 candidatos para cota de negros, sendo no final deferidas apenas 355 para concorrer nas 438 vagas ofertadas, ou seja, mais uma vez o número de candidatas que atendeu o perfil estabelecido foi menor que o número de vagas. De acordo com o gráfico abaixo o número de candidatas indeferidas por não apresentar o fenótipo foi apenas 4% menor que o número de candidatas deferidas. No total foram: 355 deferidos (37,85%); indeferidos: por fotos 20 (2,13%), por não apresentar histórico de escola pública 125 (13,33%), por não apresentar declaração de bolsista de escola privada 20 (2,13%), **por não apresentar fenótipo 319 (34,01%) e 99 (10,55%) candidatas que não atenderam a nenhum dos critérios exigidos.**

Ao contrário de 2004 quando houve um recuo dos candidatos não-negros na tentativa de fraudar o processo, em 2005 a investida foi maior se considerarmos a soma dos que não enviaram foto, não tinham o fenótipo e dos que não apresentaram nenhum dos requisitos. Porém, o percentual que não enviou foto foi menor; 11% contra os 23,57% de 2003 e 13,77% de 2004.

Desde o início existem críticas ao processo de análise e deferimento das inscrições, no entanto até o momento a UEMS não sofreu nenhuma ação judicial sobre o fato. Tivemos um caso em Naviraí que tem relação com este aspecto que diz respeito a duas candidatas irmãs gêmeas que apresentam o fenótipo, mas, como oriundas de escola privada durante todo ensino médio, tiveram suas inscrições indeferidas para a cota de negros. Fizeram o vestibular no ano de 2004 nas vagas gerais para Direito numa unidade do interior do estado, foram classificadas sem, contudo, entrarem na primeira chamada.

Entretanto, o pai advogado e ex-delegado conseguiu uma liminar para matricular as mesmas como aprovadas no regime de cotas para negros no curso de Direito da sede em Dourados, num total desrespeito à legislação vigente e aos demais candidatos aprovados e chamados para matrícula. Em Maracaju, uma candidata branca conseguiu uma liminar idêntica, que autorizou a sua matrícula à frente dos demais candidatos aprovados.

A UEMS recorreu e até hoje não foi resolvido o problema. Este é um fato que revoltou alunos e inclusive as instituições do Movimento Negro, pois estas candidatas praticaram o mesmo ato que tão veementemente condenamos e combatemos na sociedade dominante.

Os dados nos mostram que se dependesse somente de auto-declaração provavelmente estes candidatos que são brancos estariam ocupando as vagas destinadas aos negros, impedindo mais uma vez que estes consigam ingressar no ensino superior e ascender socialmente, dividindo o poder como é objetivo das ações afirmativas.

Quanto Ao Desempenho Acadêmico No Vestibular

Os gráficos que serão apresentados demonstram o desempenho de todos os candidatos inscritos no vestibular de dezembro de 2003 e 2004 estabelecendo comparação entre os candidatos das vagas gerais (aqui serão chamados de brancos), os cotistas negros e os cotistas indígenas. Os gráficos foram feitos tendo os candidatos de cada regime de cota como um universo total (100%), já que a concorrência acontece dentro de cada regime.

Aqui interessa demonstrar o desempenho dos candidatos entre si em cada regime e comparar este desempenho entre os regimes. Acreditamos que a comparação pode ser estabelecida uma vez que os candidatos dos três regimes fizeram as mesmas provas, no mesmo momento e sem nenhum tipo de identificação que pudesse estigmatizá-los como cotistas.

Os gráficos foram construídos com os dados armazenados no sistema de vestibular através de leitura ótica de códigos de barras que existem nas fichas de inscrição. A identificação dos cotistas é feita no momento da divulgação da inscrição e na divulgação dos resultados, permanecendo a partir daí como um dado restrito que somente a analista de sistema responsável pelo processo tem acesso, bem como a Comissão Permanente de Vestibular no caso de necessidade legais.

Importante informar que os gráficos referentes aos aprovados foram construídos na mesma sistemática, porém o universo de candidatos em cada regime de cotas torna-se diferente

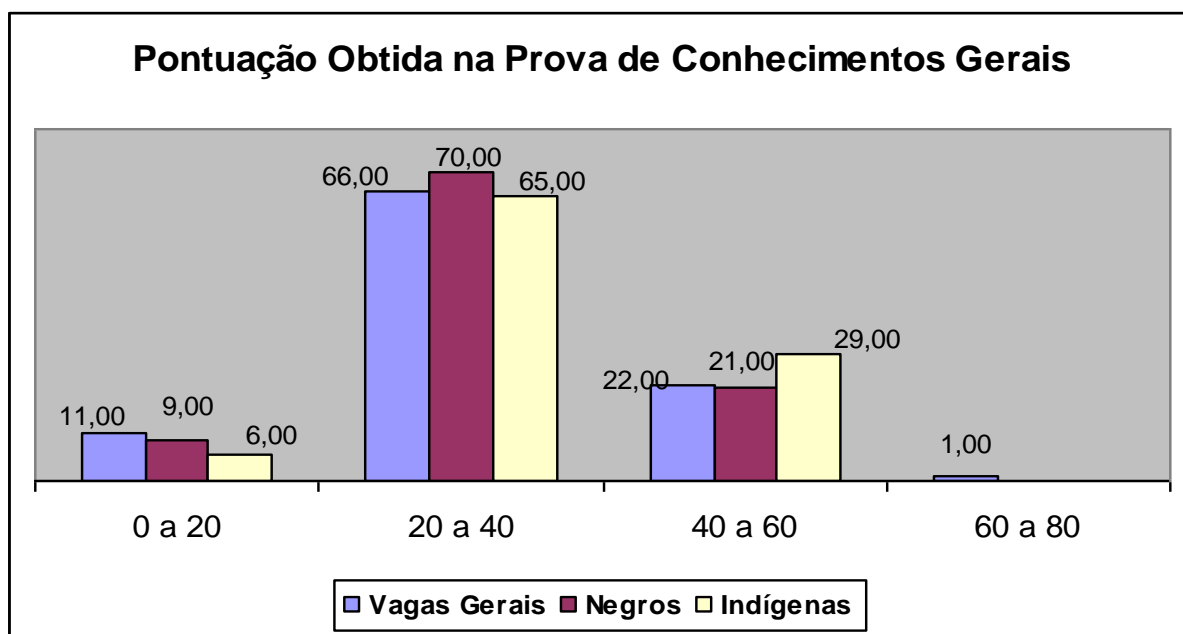
do universo dos primeiros gráficos, possibilitando uma visão mais real do desempenho dos candidatos, uma vez que contempla apenas aqueles que atingiram no mínimo a nota de corte de 20% de acertos nas provas.

Na leitura dos gráficos as faixas de zero (zero) a 10,0 (dez) representam o percentual de acerto nas provas, portanto as faixas maiores representam os melhores resultados dos candidatos ali inseridos.

Quanto à prova de conhecimentos gerais faremos uma análise do desempenho de todos os candidatos e depois apenas dos candidatos aprovados, pois há um diferencial representado pelo uso da prova do ENEM que pode substituir ou não a nota dessa prova, caso seja maior, por opção do candidato. Com relação à prova de conhecimentos específicos, analisaremos apenas o desempenho dos candidatos aprovados uma vez que não há nenhum fator que possa alterar a forma de cálculo final do resultado da mesma. Lembramos ainda que a prova de redação faz parte da prova de conhecimentos gerais, entretanto apresentaremos gráfico de desempenho dos aprovados.

O sistema de classificação do vestibular da UEMS é realizado por cotas e constituído pela soma do resultado obtido pelo candidato nas duas provas: a primeira de conhecimentos gerais e redação e a segunda de conhecimentos específicos (por área de conhecimento). Na prova de conhecimentos gerais é facultado ao candidato que quiser aproveitar o ENEM fazer ou não a prova. Caso a faça, o sistema automaticamente escolherá a maior nota entre as duas. Caso não a faça, não há prejuízo, fica com a do ENEM. A exigência é que o candidato acerte no mínimo 20% da primeira prova e não zere a redação para continuar concorrendo.

Gráfico de Desempenho de todos os candidatos inscritos Ano de 2003.



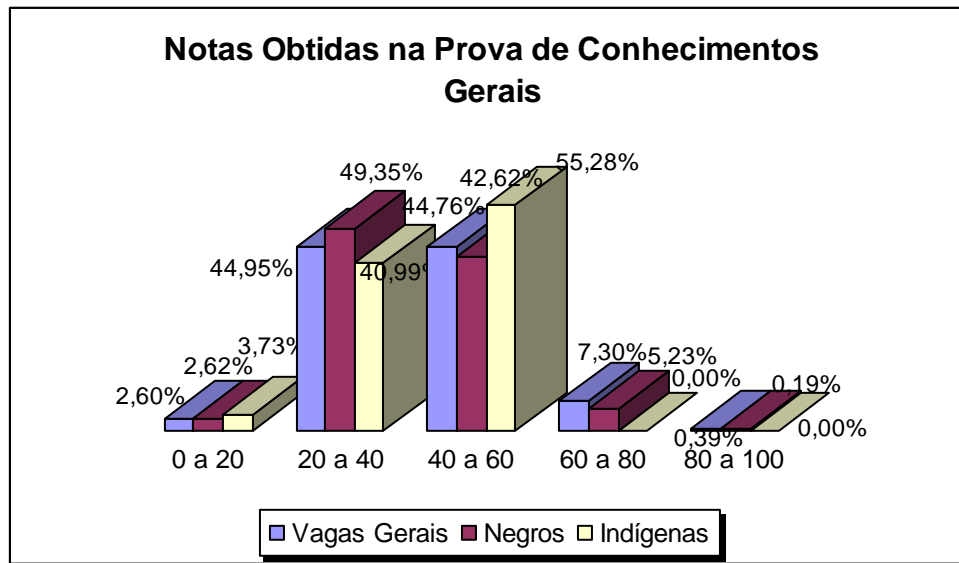
Analisando o gráfico relativo à prova de conhecimentos gerais em 2003, podemos observar que 26% dos candidatos ficaram na faixa de 0 a 20%. Veremos no gráfico dos aprovados mais à frente que uma parte destes candidatos foi eliminada e outra atingiu o mínimo de 20%, como nota de corte, mantendo-se na concorrência. A maior concentração de candidatos brancos, negros e indígenas está na faixa de acerto de 20 a 40% na prova com uma pequena vantagem dos negros.

Na faixa de 40 a 60% de acerto na prova, os indígenas mostram melhor aproveitamento, enquanto negros e brancos se diferenciam por apenas 1% em favor dos brancos. Na faixa de 60 a 80% de acerto, apenas 1% de brancos se encaixam neste resultado. Os negros e indígenas não chegam a este patamar. O que mais chama a atenção é o fato de nenhum candidato alcançar à faixa de 80 a 100%.

O quadro 2 já mostra que no ano de 2003, 80,04% dos candidatos eram oriundos de escola pública. Então perguntamos: **O que está acontecendo na escola pública que nossos alunos têm apresentado rendimento tão baixo?**

A UEMS já realizou a experiência de constituir banco de questões com a participação dos professores do ensino médio e escolha das obras literárias de acordo com as que são trabalhadas nas escolas públicas e privadas do estado. Além disso, procura selecionar conteúdos de acordo com os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a proposta pedagógica trabalhada na rede pública do estado na expectativa de que seus candidatos possam se defrontar-se com provas que contemplem conteúdos que julgamos foram trabalhados durante sua trajetória no ensino médio.

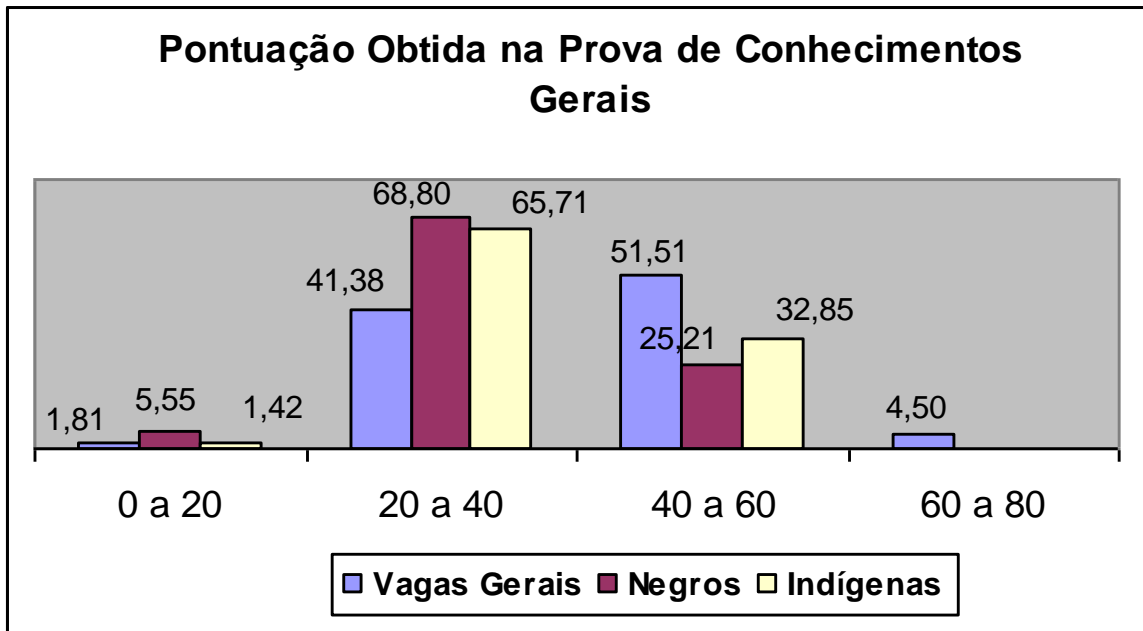
Gráfico de Desempenho de Todos os Candidatos Inscritos no Ano de 2004



No segundo vestibular com cotas, os números relativos à prova de conhecimentos gerais aparecem mais favoráveis aos negros em comparação com os dados de 2003. Na faixa de até 20% de acerto considerado nota de corte, o total de candidatos eliminados cai de 26% em 2003 para 8,95%. Entre os negros e os brancos não há diferença considerável, praticamente um empate. Na faixa de 20 a 40% de acerto, são os negros que apresentam maior percentual de candidatos, enquanto os brancos ampliam a vantagem sobre os indígenas. Na faixa de 40 a 60% de acerto são os indígenas que saem na frente, seguidos dos brancos com uma pequena vantagem sobre os negros.

Pela primeira vez os negros aparecem na faixa de 60 a 80% e na faixa de 80 a 100%. No ano de 2003 somente os brancos apareciam com 1% na faixa de 60 a 80%. Nesse vestibular, os negros aparecem nesta faixa e com apenas 2% de diferença em relação aos brancos. Na faixa de 80 a 100% os brancos que em 2003 também não apareciam nesta faixa tem agora 0,39% de candidatos contra 0,19% de negros. Se considerarmos o volume de candidatos que concorrem em cada regime podemos dizer que são os negros que apresentam maior evolução. Quanto aos indígenas, estes continuaram nas mesmas condições do ano anterior, ou seja, maior concentração dos candidatos na faixa de 40 a 60% de acerto.

Gráfico de Desempenho dos Candidatos Aprovados em 2003



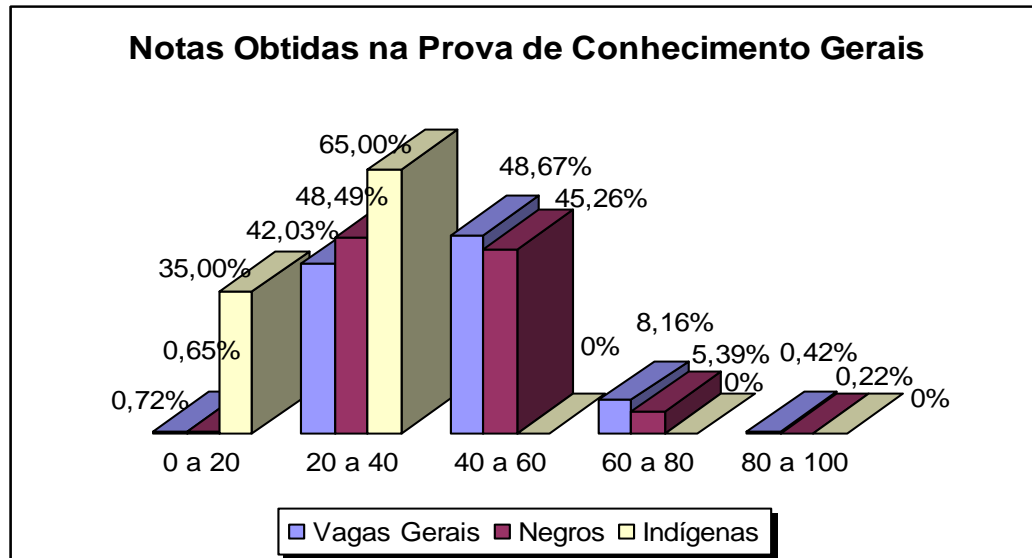
Os gráficos acima e abaixo representam os candidatos aprovados e classificados na prova de conhecimentos gerais nos vestibulares de 2003 e 2004, servindo para fazer uma contraposição com os gráficos anteriores que representam todo contingente de candidatos. No ano de 2003, percebemos que dos 26% de candidatos que se encontravam na faixa de 0 a 20%, 8,78% deles atingiram a nota de corte (20% de acerto) e os demais foram eliminados já na primeira prova. Na faixa de 20 a 40%, o maior percentual de candidatos classificados é de cotistas negros que superaram os brancos em 27,42% e os indígenas em 24,33%.

Todavia, quando olhamos a faixa de 40 a 60% de acerto são os candidatos brancos que apresentam o maior percentual de classificados com uma diferença de 26,30 sobre os negros e 18,66 sobre os indígenas. Na faixa de 60 a 80% de acerto apenas os brancos aparecem com 4,50% de candidatos classificados. De 80 a 100% se mantém o quadro anterior, já que neste vestibular nenhum dos 9498 candidatos aprovados conseguiu rendimento acima de 80% na prova de conhecimentos gerais.

Observamos ainda que entre os aprovados, os negros mantiveram a mesma posição de maior concentração na faixa de 20 a 40%, enquanto os indígenas que tinham melhor desempenho na faixa de 40 a 60%, agora aparecem como o menor deles. Os brancos ampliam a vantagem na faixa de 60 a 80%, enquanto negros e indígenas não chegam à mesma. Portanto, para 2004 o

corpo discente do 1º ano dos cursos da UEMS foi composto pelos 4,5% com rendimento entre 60 e 80% e os outros 95,5% com rendimento entre 20 a 60% na prova de conhecimentos gerais.

Gráfico de Desempenho dos Candidatos Aprovados em 2004



No ano de 2004, entre os aprovados destacamos que na faixa de 0 a 20% de acerto, dos 8,95% de candidatos representados no gráfico geral 36,37% deles conseguiram a nota de corte de 20% sendo a quase totalidade de indígenas (35%) enquanto entre negros e brancos a diferença é de apenas 0,7% . Na faixa de 20 a 40% são os indígenas que se destacam com uma diferença de 16,51% sobre os negros e 22,97% sobre os brancos ao contrário de 2003, em que os negros têm maior percentual nessa faixa. Na faixa de 40 a 60%, a exemplo de 2003, os brancos apresentam melhor desempenho com uma diferença de 3,41% sobre os negros, enquanto os indígenas não conseguem chegar nem mesmo a essa faixa.

Os negros que não apareciam nas últimas faixas do primeiro gráfico agora estão presentes no segundo da mesma área. Como se explica isto? O primeiro gráfico representa o resultado da prova escrita e o gráfico dos aprovados na mesma prova representa tanto a prova escrita quanto o uso do resultado do ENEM. Portanto, **alguns negros ao usarem o ENEM conseguiram melhorar o resultado de sua avaliação em conhecimentos gerais.**

Quanto à prova de redação que se torna eliminatória no caso do candidato zerar na mesma, os gráficos abaixo mostram o desempenho dos candidatos aprovados e de modo geral foram os indígenas que se sobressaíram nas faixas de maior percentual de acerto nos dois

vestibulares aqui analisados. No processo de correção das redações feito exclusivamente por docentes da área de Letras dos cursos da UEMS, sempre tivemos o cuidado de constituir bancas específicas de correção para as redações dos indígenas. Os docentes destas bancas possuem estudos, pesquisas ou experiência na área indígena, principalmente com a língua dos povos Terena e Guarani, as duas maiores populações do Estado de MS.

No gráfico de 2003 da prova de redação, verificamos que os indígenas ocupam os maiores percentuais de desempenho nas faixas de notas que vão de 4,5 a 10,0 (dez), enquanto os negros ocupam a mesma posição nas faixas de 0 (zero) a 4,0. Os brancos em 2003 ocupam melhores patamares que os negros nas faixas que vão de 4,5 a 10,0, sendo que nesta última apenas brancos e indígenas estão presentes. Muitas pessoas, principalmente professores, perguntam como os indígenas conseguem superar todos os outros candidatos se o principal problema enfrentado por estes nas salas de aula é exatamente a língua.

De acordo com nossos docentes que fazem a correção das redações dos indígenas e de outros candidatos, os indígenas apresentam um processo de construção que em termos de conteúdo ou no campo das idéias é mais rico que os demais, diferenciando-se apenas no uso da língua escrita, pois os mesmos tem uma forma de escrever que contempla o seu modo de pensar e de agir, além de certa dificuldade com a norma culta da Língua Portuguesa.

No ano de 2004, os indígenas continuaram apresentando melhores percentuais de notas. Entretanto, no ano de 2003 ocupavam as três melhores faixas e agora somente as duas últimas de 6,5 a 10,0 (dez), pois os negros que antes estavam nas duas primeiras (até 4,0) agora avançam e ocupam a faixa de 4,5 a 6,0 como o maior percentual. Além disso, os negros conseguem ainda ocupar espaço na última faixa de 8,5 a 10,0 (dez) que em 2003 não conseguiram.

Quanto aos brancos, estes mantiveram a mesma posição de 2003: nas primeiras faixas com percentuais menores que os negros e nas duas últimas faixas maiores que os negros e menores que os indígenas, basta olharem o gráfico a seguir. Sendo assim, podemos afirmar que as boas notas nas redações foram decisivas na aprovação final dos indígenas que na prova de conhecimentos gerais estiveram classificados dentro das menores faixas de aproveitamento, como também na prova de conhecimentos específicos.

Gráfico de Desempenho dos Candidatos Aprovados em 2003

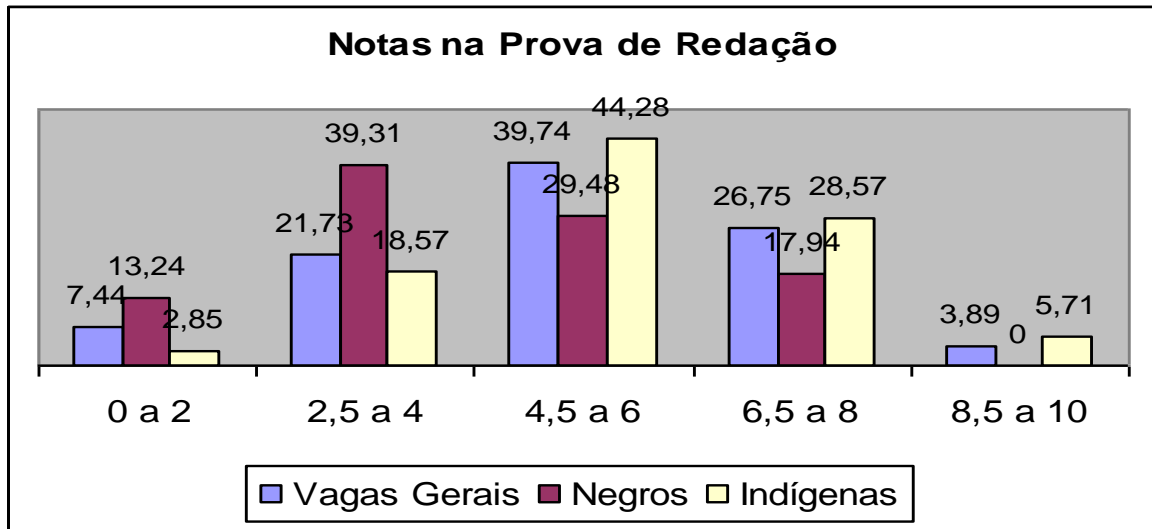
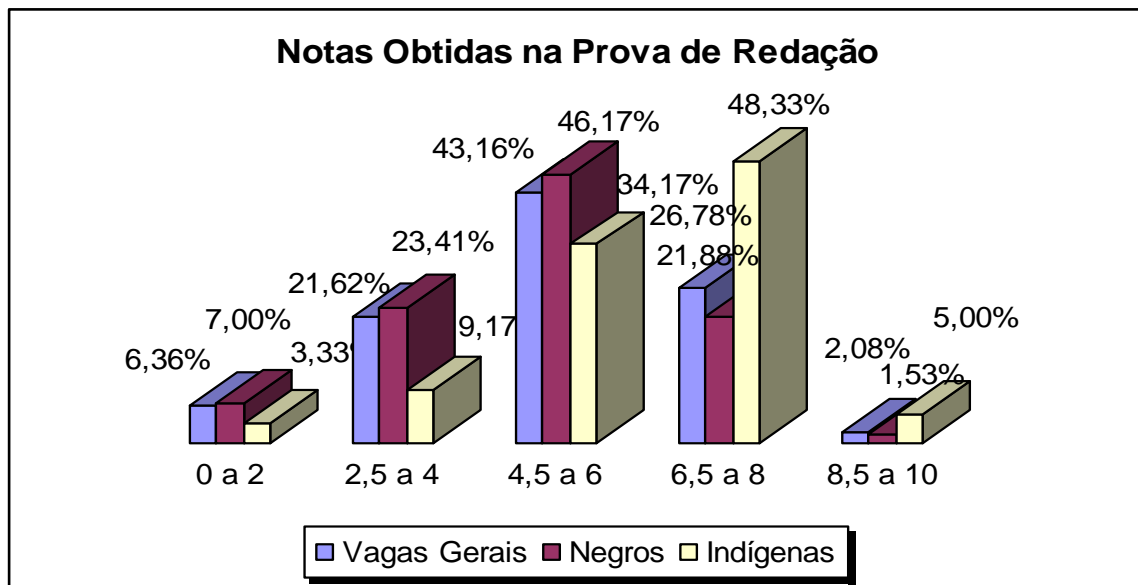


Gráfico de Desempenho dos Candidatos Aprovados em 2004



A segunda prova, de conhecimentos específicos é composta pelas áreas:

- 1- Agrárias Biológicas e da Saúde.
- 2- Exatas e Tecnológicas
- 3- Humanas

O candidato faz a prova que está relacionada com seu curso. Para o curso Normal Superior é feita uma prova específica de conhecimentos sociais e pedagógicos exclusiva para estes candidatos.

A seguir analisaremos os gráficos referentes aos candidatos aprovados na prova de conhecimentos específicos de 2003 e 2004, diante dos quais percebemos que a meritocracia que tanto defendem na universidade, no nosso entender provavelmente está em estado de coma há muito tempo, tornando-se um discurso vazio, considerando que os candidatos oriundos de vários estados brasileiros são frutos de um processo educativo pensado por nossos intelectuais e executado por professores egressos desta mesma academia.

A prova de conhecimentos específicos exige dos candidatos um nível de conhecimento mais elaborado numa área específica a depender do curso escolhido. Nos cinco anos em que estivemos à frente do processo de vestibular da UEMS, enquanto Pró-Reitora de Ensino vimos e ouvimos durante o processo de elaboração dessas provas uma preocupação dos docentes em torná-la cada vez mais difícil para garantir segundo discurso dos mesmos que só entrem na universidade alunos que realmente saibam os conteúdos que na visão dos docentes são muito importantes. Importantes para quem? Para quê? Até hoje não ouvimos respostas que me convencessem.

No estado de Mato Grosso do Sul, assim como em muitos outros, até hoje existe na rede de ensino tanto pública quanto privada um déficit de professores formados em algumas áreas como Química, Física, Biologia e Matemática. Apesar das universidades (UEMS, UFMS, UFGD, UCDB, UNIDERP) e outras Faculdades e Centros Universitários formarem anualmente um grande contingente de egressos, algumas áreas como Química e Física ficam a cargo das públicas e, dado todo um processo de ensino vigente nestas áreas, são poucos os alunos que conseguem se formar, sendo a maior parte em cursos de Bacharelado. Assim, as escolas principalmente das periferias e cidades do interior continuam na maioria atuando com professores leigos nessas áreas.

Portanto, não causa nenhum espanto os resultados apresentados nos gráficos abaixo, nos quais em 2003 os indígenas se mantêm quase na totalidade nas faixas de 0 a 60% e um pequeno percentual na faixa de 60 a 80%. Em 2004, os mesmos pioram seu rendimento e só chegam até a faixa dos 60%. Os negros, tanto em 2003 quanto em 2004, mantêm os mesmos níveis de desempenho com pequenas variações. O maior número de candidatos encontra-se nas faixas que vão de 0 a 60% alcançando ainda a faixa dos 80%, porém não conseguem entrar na faixa de 80 a 100% em 2003 nem em 2004. Quanto aos brancos, estes aparecem com os percentuais mais altos nas faixas de maior percentual de acerto, ou seja, entre 60 a 100%.

Se uma das exigências para inscrever-se nas cotas é ser oriundo de escola pública, onde devemos buscar explicação para o desempenho dos negros e dos indígenas principalmente nas áreas específicas? Onde estão localizadas as melhores escolas e colocados os considerados melhores professores? Quem tem acesso a tudo isto?

Uma das respostas a essas perguntas aparece nos dados coletados no questionário socioeconômico que mostra que em 2003 62,15% dos candidatos nunca tinham freqüentado cursinho preparatório e dos que freqüentaram 25,38% fizeram o cursinho popular oferecido pelo Governo do Estado e 11,85% cursinho privado. No ano de 2004, 64,23% não fizeram cursinho. 27,30% fizeram o cursinho popular e 7,71% cursinho privado. Os resultados nos levam a acreditar que os candidatos incluídos nas faixas superiores de desempenho nos vestibulares provavelmente são os que tiveram acesso as melhores escolas sejam públicas ou privadas e também acesso ao cursinho popular ou privado.

Comparando o número de vagas ofertadas a cada vestibular e os gráficos abaixo, podemos afirmar que o corpo discente da UEMS é composto pelos raros candidatos com aproveitamento entre 80 a 100%, os poucos da faixa de 60 a 80% e uma grande maioria com rendimento entre 40 e 60% nas três provas. Destes, mais de 75% vieram de escola pública com uma renda familiar que não lhes dá suporte para permanecer na universidade mesmo sendo pública.

Gráfico de Desempenho dos Candidatos Aprovados no Ano de 2003

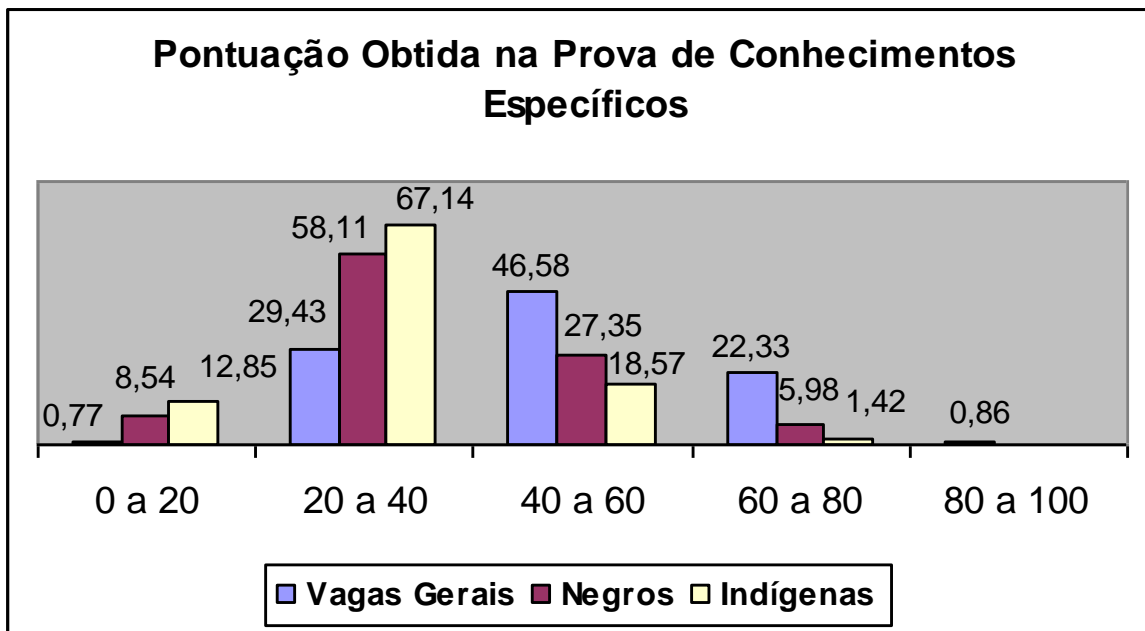
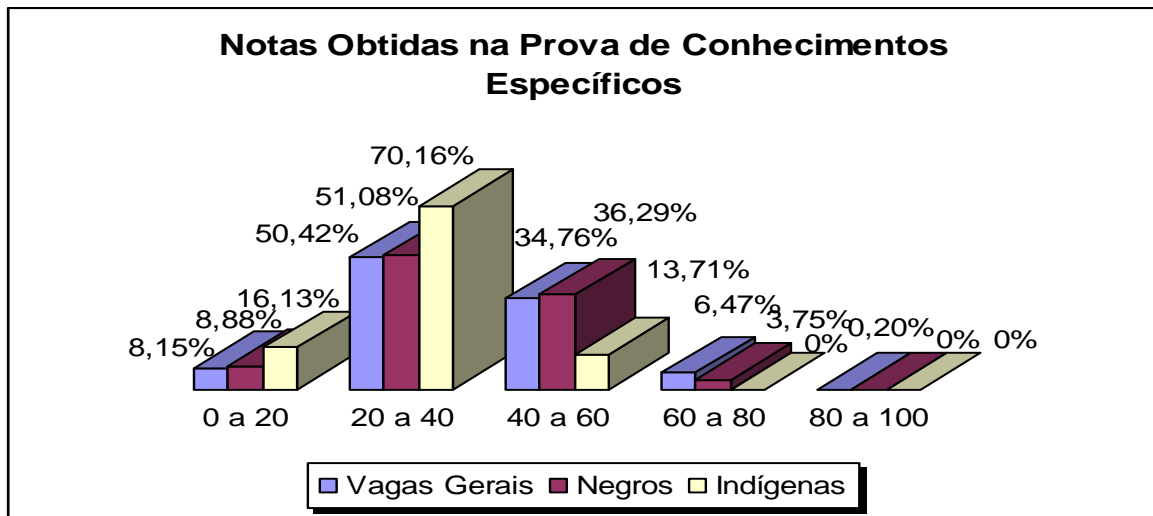


Gráfico de Desempenho dos Candidatos Aprovados em 2004.



Até que ponto o fato de ingressar na universidade com um rendimento considerado baixo, ocasionado pela falta de oportunidade de acesso a uma educação de qualidade, pode influenciar no rendimento acadêmico como universitário? Será que os melhores candidatos do vestibular são realmente os melhores alunos?

Quanto Ao Desempenho Acadêmico de Negros E Indígenas Nos Cursos de Direito, Enfermagem e Biologia

Para tentar responder preliminarmente a questão anteriormente colocada apresentaremos alguns dados avaliativos dos cotistas negros e indígenas dos cursos de Direito, Enfermagem e Biologia e, compararemos com alguns dados gerais dos demais alunos da mesma turma e curso.

O curso de Direito é ofertado em Dourados, Paranaíba (dois turnos) e Naviraí. Para esta análise usaremos como amostra apenas a turma de 1º ano de 2004 ofertada em Dourados no período matutino. É a primeira turma com cotistas negros e indígenas, além de ter sido este o curso em que professores e alunos fizeram a frente de batalha contra a política de cotas. A turma objeto de avaliação è constituída de 55 (cinquenta e cinco) alunos dos quais 8 (oito) cotistas negros e 6 (seis) indígenas. Na 1ª série, os alunos cursaram 7 (sete) disciplinas anuais que de acordo com o projeto pedagógico em vigor são: Introdução ao Direito, Direito Civil I, Ciência Política, Economia Política, Língua Portuguesa, Sociologia Geral Jurídica e Metodologia Científica.

Na Ata de Resultado Final constam todos os alunos que cursaram regulamente a série com

7 (sete) notas cada um totalizando 385 (trezentos e oitenta e cinco) médias finais no conjunto da turma. No universo dessas médias finais, existem apenas 7 (sete) notas Dez, das quais 3 (três) pertencem a 2 (dois) cotistas negros e 1 (um) indígena. A menor nota dos cotistas negros é 4,2 enquanto da turma em geral é 1,3, sendo a maior Dez. Um deles não frequentou o curso.

Quanto aos indígenas que frequentaram, a menor nota é 1,3 e a maior é dez, pois dos 6 (seis) indígenas matriculados um não frequentou nenhuma aula e três reprovaram por falta e nota em praticamente todas as disciplinas.

O curso de Enfermagem é ofertado apenas na sede em Dourados em turno integral. Esse curso foi durante aproximadamente três anos coordenado por uma professora negra e acreditamos que isto tenha contribuído muito para a política de acolhimento e apoio que o curso apresenta em relação aos cotistas. O universo analisado aqui se constitui de 33 (trinta e três) alunos dos quais 6 (seis) são cotistas negros e 3 (três) indígenas. No primeiro ano os alunos cursam 6 (seis) disciplinas: Saúde e Sociedade, Ética profissional, Dimensão Humana da Enfermagem, Introdução a Psicologia Geral, Informática Aplicada à Enfermagem e Qualidade e Vida.

Na Ata de Resultado Final constam 198 (cento e noventa e oito) médias finais e destas apenas 7 (sete) notas Dez. A menor nota dos cotistas negros é 6,9 enquanto da turma é 6,6, sendo a maior 9,3 e dos indígenas a menor é 6,6 e a maior é 8,5. Nenhum cotista reprovou por falta em alguma disciplina e todos estão envolvidos em projetos.

O curso de Biologia-Licenciatura é ofertado em Dourados, Mundo Novo, Coxim e Ivinhema, todos no período noturno. Aqui analisaremos apenas os dados do curso de Dourados. A turma se constitui de 55 (cinquenta e cinco) alunos regulares dos quais 12 (doze) são cotistas negros e 3 (três) indígenas. No primeiro ano os alunos cursam 8 disciplinas que são: Psicologia da Educação, Anatomia e morfologia Vegetal, Biologia Celular e Molecular, Física geral, Invertebrados, Leitura e Produção de textos, Química Geral e Inorgânica, Estágio na Escola Básica.

Na Ata de Resultado Final, constam 440 (quatrocentos e quarenta) médias finais e nenhuma nota Dez. A menor nota dos cotistas negros é 1,5 enquanto da turma é 0,2 e a maior 9,0 e dos cotistas indígenas a menor é 1,9 e a maior é 7,5. Nesse curso, um negro não frequentou e 3 (três) não frequentaram de uma a três disciplinas, sendo reprovados por notas e faltas. Os indígenas apresentam quadro semelhante, pois somente um frequentou o curso e os outros dois reprovaram por notas e faltas.

Com os primeiros resultados do desempenho acadêmico dos cotistas, já se comprova que o desempenho no vestibular não serve de parâmetro para avaliar o desenvolvimento dos negros e indígenas que entraram pelas cotas, nem dos demais que ingressaram pelas vagas gerais. Em muitos cursos os cotistas negros que entraram com notas menores que os candidatos brancos, demonstram melhores rendimentos nas disciplinas e maior dedicação aos estudos que os demais acadêmicos, mesmo com todas as dificuldades e privações inclusive alimentares pelas quais passam.

Após estas informações, interessa aqui verificar se o desempenho apresentado pelos negros e indígenas no vestibular de 2003 na faixa de 40 a 60% na qual se localiza a quase totalidade dos aprovados nas três provas, e que hoje são nossos acadêmicos é o mesmo desempenho demonstrado no primeiro ano de vida acadêmica, geralmente considerado o mais difícil.

Para isso, transformamos em universo apenas as notas dos cotistas, separando negros e indígenas e analisando apenas duas faixas de rendimento – de 60 a 80% e de 80 a 100% – consideradas notas mínimas a serem aceitas na visão dos meritocráticos.

A estes e todos os interessados oferecemos o quadro a seguir como uma maneira de demonstrar que os nossos negros e indígenas são tão capazes quanto os demais, o que lhes falta e sempre faltou foram oportunidades de participar da distribuição social do conhecimento como os brancos sempre tiveram. Estes dados são apenas de um ano e três cursos, mas perguntamos: Será que são os cotistas que estão derrubando a qualidade de ensino ou não estarão sendo apenas usados como bode expiatório nos discursos como uma forma de camuflar a real situação da Educação Superior e da Educação Básica no Brasil? Quem foi que sempre pensou a educação e suas políticas neste país? Os negros? Os indígenas? Não. Foram exatamente muitos dos que hoje nos acusam desta situação.

Tabela Comparativa do Desempenho no Vestibular de 2003 e Desempenho Acadêmico no 1º Ano de Curso dos Cotistas Negros e Indígenas da UEMS

Desempenho dos Aprovados no Vestibular de 2003. Cotistas Negros			Desempenho dos Aprovados no Vestibular de 2003. Cotistas Indígenas		
Acertos			Acertos		
Provas	60 a 80%	80 a 100%	Provas	60 a 80%	80 a 100%
Conhec. Gerais	0, 0%	0,0%	Conhec. Gerais	0, 0%	0,0%
Redação	17 ,94%	0,0%	Redação	28 ,57%	5,71 %
Conhec. Específicos	5, 98%	0,0%	Conhec. Específicos	1, 42%	0,0%
Curso de DIREITO matutino- Dourado-MS - 1º Ano - 2004					
8 cotistas negros - 56 médias finais			6 cotistas indígenas - 42 médias finais		
Faixa de:	Quant. Notas	% Desemp.	Faixa de:	Quant. Notas	% Desemp.
6,0 a 8,0	18	32%	6,0 a 8,0	6	14%
8,0 a Dez	23	41%	8,0 a Dez	6	14%
Curso de ENFERMAGEM integral - Dourados-MS - 1º Ano - 2004					
6 cotistas negros - 36 médias finais			3 cotistas indígenas - 18 médias finais		
Faixa de:	Quant. Notas	% Desemp.	Faixa de:	Quant. Notas	% Desemp.
6,0 a 8,0	27	75%	6,0 a 8,0	15	83,3 %
8,0 a Dez	9	25%	8,0 a Dez	3	16,6 %
Curso de BIOLOGIA noturno - Dourados-MS - 1º Ano - 2004					
12 cotistas negros - 96 médias finais			3 cotistas indígenas - 8 médias finais		
Faixa de:	Quant. Notas	% Desemp.	Faixa de:	Quant. Notas	% Desemp.
6,0 a 8,0	23	23,9 %	6,0 a 8,0	1	12,5 %

8,0 a Dez	12	12,5	8,0 a Dez	0	0,0%
	%				

QUANTO À PERMANÊNCIA DOS COTISTAS: Ações Já Realizadas

A UEMS desde o ano de 2004 com a chegada dos primeiros cotistas negros e indígenas vem buscando soluções para o problema mais difícil de toda política de cotas: a permanência. Não podemos esquecer que nossos alunos são quase na totalidade originários da rede pública de ensino e segundo dados coletados no questionário socioeconômico, cerca de 60% deles com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos.

Os cotistas indígenas conseguiram do Governo do Estado uma bolsa universitária que fora criada para alunos carentes em instituições privadas. No entanto, os mesmos vivem sob constante pressão de retirada da bolsa por parte do governo. Tanto os acadêmicos quanto a instituição de ensino superior (IES) vivem momentos difíceis, pois uma das formas que o governo encontrou de retirar a bolsa foi exigir que os acadêmicos indígenas não ficassem em dependência de nenhuma disciplina e cumprissem 20 (vinte) horas de trabalho em contrapartida. Ora, sabemos da dificuldade que estes encontram diariamente no contexto de sala de aula totalmente adverso à sua cultura, além das dificuldades inerentes a questão da língua, espaço de atuação e distância das aldeias até a universidade.

Será que estas exigências não são mais alguns dos mecanismos perversos que a nossa sociedade usa para promover o processo de exclusão de quem sempre foi excluído do ensino superior? Porque os nossos docentes que sempre fizeram dos indígenas objetos de pesquisa, folclore e material de publicação não se posicionam contra os mecanismos impostos de fora para dentro da universidade? E o discurso da autonomia: serve apenas para questões financeiras e não serve para questões pedagógicas?

Os estudantes indígenas da UEMS estão se organizando com apoio institucional e já organizaram dois seminários de estudantes cotistas indígenas para lutarem por seus direitos, fazer contatos com indígenas de outras IES, divulgarem sua cultura e se auto-afirmarem identitariamente como indígenas e acadêmicos no espaço universitário. Porém, os resultados são pífios.

Os negros apresentam maior dificuldade de organização, pois muitos não querem se apresentar como cotista e outros têm dificuldades em se autodeclararem negros. O NEER

(Núcleo de Estudos Étnico-Raciais), vinculado à Pró-Reitoria de Ensino e criado para dar suporte a essa questão, está organizando o primeiro encontro de cotistas negros da UEMS. Uma das maiores dificuldades trata-se do apoio financeiro. Nota-se um apoio institucional sem grandes delongas quando se trata da questão indígena. Entretanto, quando se trata de assunto relativo ao negro, não há espaço, tempo e muito menos recursos material e financeiro. É preciso sair em busca de recursos fora da instituição. Um exemplo é o projeto BRASIL AFROATITUDE - PROGRAMA INTEGRADO DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS do qual participamos da elaboração e temos hoje 52 (cinquenta e dois) bolsistas cotistas negros entre as 11 (onze) universidades envolvidas.

Para implantar essas bolsas, enfrentamos outro problema: a questão da pesquisa. Não há professores em número suficiente com pesquisa ou interesse em pesquisar no âmbito da questão racial. Em 2006, já surge uma proposta dos professores que estão envolvidos com os bolsistas do AFROATITUDE de formarem um grupo de pesquisa em questões raciais. Outras ações visando à permanência já foram executadas ou estão em execução tais como:

- Seminários em datas específicas (19/04 e 13/05) com mesas compostas pelos cotistas.
- Inclusão nos projetos pedagógicos reformulados em 2004, de disciplina, linha de pesquisa ou obrigatoriedade de oferecimento de projetos de ensino sobre questões raciais, étnicas, educação especial e gênero.
- Inclusão nas Jornadas Pedagógicas e Semanas Acadêmicas de alguns cursos (ex: Enfermagem e Normal Superior) de debates e palestras sobre questões raciais.
- Projeto de Capacitação da Comunidade Universitária (docentes, técnicos e gestores) com 40 horas divididas em duas etapas com o tema: A UEMS e as Políticas de Ações Afirmativas em parceria com a CEPPIR/MS, Fundação Palmares, Movimento negro e Lideranças Indígenas.
- Realização de seminários nas quinze unidades da UEMS sobre a mesma temática da capacitação.
- Participação na elaboração dos Programas e Editais: AFROATITUDE E UNIAFRO.
- Participação na elaboração do Programa e Edital do PROLIND (Programa de Licenciatura Indígena).

- Inclusão da UEMS na rede PPCOR - PROGRAMA POLÍTICAS DA COR
- Convênio com o programa Trilhas do Conhecimento/LACED-RJ para projetos de permanência dos indígenas e criação de um Núcleo em parceria com a UCDB (Universidade Católica Dom Bosco).

O trabalho da UEMS e o esforço pessoal de alguns de seus docentes, para que a política de cotas dê certo, vêm sendo reconhecidos, tanto que a mesma recebeu nos dois últimos anos o Prêmio em Ações Afirmativas do Ministério da Saúde DST/Aids- Denominado “Racismo e AIDS o Brasil tem que viver sem preconceito” e o Prêmio Camélia da Liberdade.

CONCLUINDO

Para compor este artigo, solicitamos de alguns gestores da UEMS uma opinião sobre os três anos de execução da política de cotas. Somente a Prof^ª. Maria de Lourdes Silva que chefia o Núcleo de Estudos Étnicos Raciais atendeu a essa solicitação. Acreditamos ser importante estar citando aqui a opinião da professora em referência, haja vista que esta continua perseverando na luta para que ações políticas e pedagógicas ligadas a questões raciais aconteçam na universidade, com o objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica e seus gestores para eliminação de atitudes de racismo, preconceito e discriminação, dentro e fora das salas de aula, bem como os demais espaços da universidade.

Para ela, os três anos de cotas tiveram seus avanços e seus limites. Para clarificar essa afirmação, cabe tecer algumas observações:

- *Mesmo com todas as críticas advindas dos setores mais conservadores de nossa sociedade, esta medida jurídica responde as necessidades dos grupos historicamente excluídos especialmente a população negra e indígena do MS, aspecto positivo.*
- *A UEMS está mais diversa, podemos observar isso no olhar (pátio, cantina, nos encontros dos alunos indígenas e nas reuniões do Brasil Afroatitude, etc.) Essa diversidade obriga-nos a abandonar o discurso de que somos uma nação racialmente democrática, ou o velho argumento de que as desigualdades são socioeconômicas.*

- *Os alunos cotistas, (e isso não deve ser vergonha para quem vivencia essa experiência) hoje, estão inseridos na universidade realizando projetos e ampliando a visibilidade da instituição em nível nacional. Os projetos e programas têm demonstrado que os alunos estão compreendendo mais sobre si mesmos e o sentido de ser negro no Brasil e em MS (afirmação dos próprios alunos em seus relatórios).*
- *Um dos aspectos relevantes do sistema de cotas é que ele mexeu no conjunto de setores e departamentos da academia. Favoráveis ou contrários, todos sem exceção estão envolvidos e, ao seu modo, têm que lidar com a maior diversidade que se tornou, e vem se tornando, a UEMS. Ninguém saiu (ou está) imune à discussão e a execução de medidas que objetiva efetivar a legislação que criou a referida política.*
- *A universidade ainda tem um longo caminho a percorrer interpondo-se ao processo de exclusão das populações indígenas e negras. Para isto, é preciso intensificar uma propaganda que expresse a UEMS plural.*
- *Faz-se premente estabelecer medidas pedagógico-didáticas que alcance as relações pessoais, interpessoais e acadêmicas com ações de sustentabilidade.*

Tentando finalizar este texto, afirmamos que a entrada de negros e indígenas na educação superior pelo processo de cotas pode em pouco tempo causar mudanças no contexto acadêmico e na relação pedagógica entre professor/a e aluno/a, na estruturação do discurso pedagógico e nos currículos que estão em prática na academia. Segundo APPLE (1989), desde a fase inicial do processo de escolarização, a cultura, a linguagem, as normas e os valores dos grupos dominantes são utilizados como currículo oficial em nossas escolas. Este ajuda a produzir os resultados que verificamos nos dados do IBGE de 2000, nos quais os negros e indígenas são postos do lado manual da divisão social do trabalho. O lado mental fica reservado para os brancos que ocupam 78,5% das vagas na educação superior do país.

Os negros e indígenas cotistas agarram-se a esta oportunidade como uma vitória pessoal, contra todo um sistema de ensino que nunca os considerou, a não ser como objeto de pesquisa

para ascensão intelectual de muitos acadêmicos que hoje se posicionam contra cotas. Negros e indígenas deixarão de ser meros objetos de pesquisa para se tornarem futuros pesquisadores.

Quando POPKEWITZ (1997) discute o conhecimento como uma tecnologia do poder, o mesmo coloca que a modernidade trouxe a promessa de tornar as pessoas mais envolvidas e mais responsáveis por suas condições sociais. A invenção da escola de massa vem com o objetivo de produzir uma sociedade melhor e mais justa através do conhecimento, oportunizando ainda, o acesso a todos e não mais limitado aos membros da elite. Entretanto, essa escola trouxe consigo aspectos fundamentais do poder presos aos rituais de novas práticas sociais, obrigando a criação de regras, obrigações e diferenciações que separam e classificam os indivíduos.

São esses aspectos que sustentam a indiferença, a insensibilidade, o desconhecimento e o discurso atual da academia no que se refere ao mérito. Porém, a situação atual da sociedade brasileira com alto nível de desemprego e mão-de-obra “titulada”, mas não “qualificada”, demonstra, que esta mesma academia não vem executando o papel meritocrático que tanto defende e a qualidade que apregoa ao se posicionar contra as cotas ou a inserção de negros e indígenas na educação superior via ações afirmativas.

A afirmação acima se baseia em estudos já desenvolvidos por APPLE que demonstram que cada vez mais é fortalecida a relação entre a origem familiar e o êxito na vida adulta, quando deveria ser o contrário numa ideologia meritocrática: êxito no acesso e notas escolares com êxito na vida adulta. Na relação origem familiar e êxito na vida adulta, constatam-se ainda a presença absoluta dos brancos, pois são os que têm as melhores condições sociais e econômicas na pirâmide social. No Brasil não é diferente.

Dessa forma, os negros e os indígenas são excluídos duas vezes: por critérios de pobreza e de raça ou etnia. Desde crianças os negros são educados para suportarem a discriminação e o racismo, naturalizando o problema como uma realidade imutável. São ensinados a conviverem com esses sentimentos advindos do outro. Este é o discurso da nossa sociedade. A educação embora não explicita totalmente esse discurso, mantém-no presente nos currículos, nas suas ações e na omissão do debate sobre raça. Não se discute o estatuto da branquitude no universo escolar.

Mergulhada nos dados preliminares que atrevemos a publicar para ilustrar este artigo, e, que no futuro farão parte junto com outros dados dos demais cursos e anos letivos de um trabalho maior e mais aprofundado, sentimos que a responsabilidade enquanto intelectual só aumentou.

Como uma mulher negra que freqüentou um curso superior nas condições mais adversas eu sobrevivi, no entanto, acredito que teria sido mais humano se já pudesse ter contado com ações afirmativas a exemplo das cotas.

Quantos jovens negros e indígenas não sonharam com a universidade e agora talvez não tenham mais tempo de realizar este sonho? Quantos ainda olham para a universidade como um mundo a parte e de muros intransponíveis? Um mundo de pessoas privilegiadas e que na maioria agem como tal ignorando esta realidade social que aos poucos se aproxima dos portões da universidade? Até quando muitos dos nossos intelectuais que são contra as cotas vão permanecer nas suas torres de marfim, incomodados porque seus objetos de pesquisa resolveram criar vida e agirem por si mesmos?

Se teoricamente, os nossos intelectuais possuem o discurso que resolve o problema da ausência de negros e indígenas na educação superior sem cotas, mas não o fizeram ao longo da história, com certeza agora, saberão o que fazer com os negros e indígenas que estão ao vivo e em cores em sala de aula. Os cotistas aguardam ansiosamente para beberem da mesma fonte do conhecimento que durante séculos lhes foi negada e reservada apenas aos brancos, fossem ricos ou pobres. A academia brasileira não conseguirá manter o mesmo discurso, pois não dá para fingir que ela continua totalmente branca. Agora sim, com a presença efetiva dos cotistas poderemos falar de democracia racial, pois teremos as subvozes (negros, indígenas e outras) que se transformarão aos poucos em vozes constituindo esta democracia, presente no debate e na construção de uma nova relação pedagógica e social. Um novo discurso acadêmico está em gestação.

Portanto, para mudar este cenário, cabe a academia desencadear o debate, ouvir as subvozes presentes na sociedade e nas universidades para construir um novo currículo que não favoreça a exclusão, mas que nos leve a educar e nos educarmos enquanto cidadãos de uma sociedade multicultural e pluriétnica. Para isso, a academia brasileira precisa tomar consciência de que:

“a diversidade é um valioso elemento para o avanço do bem-estar da humanidade como um todo e que deve ser valorizada, desfrutada, genuinamente aceita e adotada como característica permanente de enriquecimento de nossas sociedades” (Conferência Mundial contra o

Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 2001 – p. 6).

BIBLIOGRAFIA

APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. *Política Cultural e Educação*. Trad. Maria José do A. Ferreira. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BRASIL. *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília – MEC, 2001

_____. *Parecer CNE/CP 10/2002*. Delibera sobre a formação do professor indígena em nível universitário. Brasília: MEC/CNE, Diário Oficial da União de 11/04/2002, Seção 1, p.14.

BERNSTEIN, Basil. *A Estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Trad. Tomaz T. da Silva e Luis F. G. Pereira. Petrópolis: Vozes, 1996.

CARVALHO, José Jorge de. *Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa*. In: QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. . (org). *O Negro na universidade*. Salvador, BA: novos Tempos, 2002.

_____. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. Trad. Laura F. de A. Sampaio. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

JANUÁRIO, Elias. Ensino Superior para Índios: Um novo paradigma na educação. In: *Cadernos de Educação Escolar Indígena - 3º grau Indígena*. Barra do Bugres MT: UNEMAT, v.1, n.1, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). *Educação e ações afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003. p.115-128

POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica; poder e conhecimento em educação*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. (org). *O Negro na universidade*. Salvador-BA: novos Tempos, 2002.

Relatórios de mesas e Grupos do Seminário Nacional: Desafios para uma Educação Superior Para os Povos Indígenas no Brasil. Trilhas de Conhecimentos - *O Ensino Superior de Indígenas no Brasil*. Brasília, Outubro de 2004.

SANTOS, Gevanilda e SILVA, Maria Palmira da. *Racismo no Brasil: percepções das discriminações e do preconceito no século XXI*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, Augusto Sales (org). *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. - Brasília: MEC - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para todos).

SILVA, Cidinha (org). *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. São Paulo: Summus, 2003. Edições Selo Negro.

SILVÉRIO, Valter Roberto e SILVA, Petronilha B. G. e (orgs.). *Educação e ações afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.

TEIXEIRA, Moema De Poli. *Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Resolução CEPE nº. 382/2003 de 14/08/03 e Resolução CEPE nº. 430 de 30/07/04 que Regulamenta os Critérios de Inscrição para candidatos às Cotas de Negros e Indígenas*. Dourados MS, 2003.